

D.O. 13-05-09



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

**ATO ADMINISTRATIVO Nº 052 /2009-PGJ**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições institucionais, considerando a decisão proferida no GEDOC 003197-001/2009,

**RESOLVE:** alterar o art. 6º, do Ato Administrativo nº 001/2009- PGJ, que passa a ter a seguinte redação:

**Artigo 6º** - O beneficiário terá suspensão a verba indenizatória tratada no presente ato, nos seguintes casos:

- I - licença médica após 15 dias;
- II - licença por motivo de doença em pessoa da família após 05 dias;
- III - licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro;
- IV - licença para serviço militar;
- V - licença para atividade política;
- VI - licença para tratar de interesses particulares;
- VII - outras licenças previstas especificamente na Lei Complementar Estadual Nº 04/90, exceto a licença-maternidade e a licença-paternidade;
- VIII - afastamento para exercício de mandato eletivo;
- IX - afastamento para estudo ou missão no exterior;
- X - afastamento para servir em organismo internacional;
- XI - suspensão em virtude de penalidade disciplinar, nos termos do artigo da Lei Complementar Estadual Nº 04/90, durante o período de sua duração;
- XII - afastamento preventivo, nos termos da Lei Complementar Estadual Nº 04/90;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso**  
**Procuradoria Geral de Justiça**  
**Gabinete do Procurador-Geral de Justiça**

**Missão:** Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

XIII - não encaminhamento da sua folha de frequência ao Departamento de Gestão de Pessoas.

XIV - faltas comprovadas sem justificativa.

**§ 1º** - O benefício será automaticamente restabelecido a partir da cessação do fato que deu motivo à sua suspensão.

Este ato entra em vigor a partir da sua publicação e seus efeitos financeiros retroagem a 01 de maio de 2009.

Cuiabá, 13 de maio de 2009.

**MARCELO FERRA DE CARVALHO**

Procurador Geral de Justiça